

ELETROBR S.A. E CONTROLADA - CNPJ/ME nº 01.968.293/0001-68

Companhia usual como principal referência os dados de preços futuros da Curva Forward divulgados pela DICE. • Para custos e despesas regulatórias a Companhia aplica a metodologia para cálculo dos valores com base na legislação vigente. Para os demais custos e despesas operacionais, a Companhia mantém as premissas aplicadas ao modelo financeiro da Companhia projetados com base em projeções macroeconômicas, extraídas do Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (COFEPE) para as suas projeções macroeconômicas.

Cominação	Transfe-	
	31/12/20	31/12/21
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	- 1.444.281
Ágio	597.572	- 597.572
Serviços	2.911	- 2.911
Software	3.153	343
Medidas compensatórias	23.202	1.039
Indenização de terras	1.743	10
Legalização de terras	1.524	- 1.524
	2.074.386	1.392

Cominação	Transfe-	
	31/12/20	31/12/21
Mais valia – ativo intangível	- (2.532)	- (2.532)
Software	(1.717)	(40)
Medidas compensatórias	(17.175)	- 204
	(18.892)	(2.572)
	2.055.494	(1.180)

(-) Amortização: Mais valia – ativo intangível Software Medidas compensatórias Intangível líquido (*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível. 16. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO Em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021, os acionistas aprovaram a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública Com Estorços Restritos, da Eletrobr S.A., no valor total de R\$805.000, distribuídos em 805.000 (oitocentos e cinco mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão. Na mesma data, em sede da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da BSB Energética S.A., os acionistas da controlada aprovaram a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública Com Estorços Restritos, da Eletrobr S.A., no valor total de R\$345.000, distribuídos em 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão. Ambas as debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, sempre nos meses de abril e outubro de cada ano. Os primeiros pagamentos (principal e juros) ocorreram em 15/04/2022 e os últimos se darão em 15/04/2030. Em deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da Controlada Brasil PCH, aprovaram a 1ª (primeira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Estorços Restritos, da Brasil PCH S.A., no valor total de R\$ 900.000, distribuídas em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da primeira série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor unitário de R\$1. Essas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026. a) Composição das debêntures:

Quantidade	Valor Nominal	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Debêntures - Série Única - Eletrobr S.A. (IPCA + 7,04%)	805.000	1	807.346	818.651	807.346
Debêntures - Série Única - BSB Energética S.A. (IPCA + 7,04%)	345.000	1	-	-	346.005
Debêntures - 1ª Série - Brasil PCH S.A. (CDI+2,39%)	450.000	1	-	-	311.946
Debêntures - 2ª Série - Brasil PCH S.A. (IPCA+8,2647%)	450.000	1	-	-	392.236
(-) Custo com transação com debêntures			(18.840)	(20.950)	(32.408)
Ajuste a valor justo – debêntures (vide nota 12)			-	-	43.621
			788.506	797.701	1.868.746

Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Ativo Circulante	-	-	(320)	(1.321)
Passivo circulante	-	-	6.703	609
Passivo não circulante	-	-	75.318	81.797
Debêntures	94.847	62.125	307.352	257.391
Passivo circulante	693.659	735.576	1.561.394	1.713.096

Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Ativo Circulante	-	-	(320)	(1.321)
Passivo circulante	-	-	6.703	609
Passivo não circulante	-	-	75.318	81.797

Saldo em 31/12/2020	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Captação líquida	783.829	335.540	-	1.119.369
Custos de transação	221	99	112	432
Combinação de negócios	-	-	821.808	907.780
Encargos provisionados	13.651	5.851	10.104	29.606
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(6.515)	(5.615)
Saldo em 31/12/21	797.701	341.490	831.296	81.085
Custos de transação	4.110	324	1.338	4.372
Encargos provisionados	101.449	43.478	97.200	242.200
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	14.663	2.544
Pagamento principal	(61.842)	(26.504)	(101.270)	(189.616)
Pagamento de juros e atualização monetária	(50.912)	(21.820)	(79.498)	(152.230)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	(11.269)	(11.269)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	-	-	12.223	12.223
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(9.277)	(9.277)
Saldo em 31/12/22	788.506	337.568	749.066	87.425

Restrições: A Companhia, assim como sua controlada BSB, está sujeita a cláusulas restritivas ("covenants"), incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração social, transferência de controle acionário, mudança do objeto social, operações de mútuo, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") de 1,20 ou superior. O não cumprimento dos covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 2,25, superior ao índice determinado na escritura de 1,20, logo o ICSD está em conformidade com as determinações da escritura de debêntures, assim como no caso da controlada BSB que também apresentou índice de 2,25. Garantias: Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações de emissão da Brasil PCH e de titularidade da Companhia, representativas de 70% (setenta por cento) do capital social da investida bem como quaisquer novas ações que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes. Debêntures de emissão da Brasil PCH: Restrições: A Brasil PCH está sujeita a covenants decorrentes da emissão de debêntures, incluindo, dentre outras, redução de capital, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, transferência de controle acionário, mudança do objeto social, operações de mútuo, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") de 1,20 ou superior, exceto nos termos previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos, e/ou mediante anuidade prévia dos debenturistas. Garantias: Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas (i.a) de emissão das SFES detidas pela PCHPAR e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Emisora, bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) pelas SFES, de direitos emergentes das Autorizações concedidas pela ANEEL, (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SFES no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobr no âmbito do PROINFA, (ii.c) de direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pelas SFES, (ii.d) de todos os direitos creditórios oriundos das Ações Alienadas e (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, detidos pela Emisora, pela PCHPAR e pelas SFES sobre determinadas contas vinculadas, e (iii) Garantia das SFES, em todos os casos conforme os termos e condições previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Brasil PCH apresentou índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 3,06 (2021: 3,38), superior ao índice determinado na escritura de 1,20, logo o ICSD desta controlada também está em conformidade com as determinações da escritura de debêntures. (ii) Instrumento financeiro derivativo – "SWAP" designado como "hedge" de fluxo de caixa: Para a 1ª série de debêntures emitida pela controlada Brasil PCH S.A., contrato-se, junto ao Banco Itaú, operação de "Swap" trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%) e igualando-a à remuneração da 2ª série (IPCA+8,2647%). Essa transação foi qualificada como "hedge" de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes a variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2022, as informações sobre a marcação a mercado são conforme abaixo demonstradas:

Data de vencimento	Valor inicial	Exercício	Saldo banco		Ganho (perda) na marcação a mercado	
			(passivo - curva IPCA)	(ativo - curva CDI)	de valor "Swap"	de "Impairment"
16/11/2026	450.000	31/12/21	426.213	355.815	(70.398)	(10.687)
16/11/2026	450.000	31/12/22	406.856	325.155	(80.291)	(1.410)

17. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)	Pagamento		Atualização	
	31/12/21	Adição	Reversão	Financiaria
Compromissos socioambientais (a)	14.678	4.314	(767)	151
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	10.758	2.661	(2.925)	296
Provisão p/ legalização de terras (c)	1.525	-	(26)	-
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.518	172	-	-
Total	40.479	7.147	(26)	447
Passivo circulante	5.905	-	-	-
Passivo não circulante	34.574	-	-	-

(a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PAUCERA"), que prevê, dentre outras atividades, o zoneamento e recuperação ambiental de determinadas áreas de propriedade das SFES ou de terceiros. Para o cumprimento das exigências do PAUCERA, o Grupo precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reforestadas, as quais estão também registradas sob esta rubrica. (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Em prol do meio ambiente e em cumprimento das determinações constantes das licenças ambientais, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna e flora, de proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica. (c) Provisão fundiária: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos registros imobiliários perante os competentes cartórios, sendo, portanto, provisionados os recursos necessários. (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte do Grupo de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram a uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

18. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71	33.842	3.954
Tarifa de uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	-	-	932	790
PIS e COFINS sobre receita financeira	6	46	2.984	2.335
Impostos diferidos	-	-	727	583
Contribuição retida na fonte	-	-	255	255
Outros tributos a recolher	8	83	4.482	1.312
Total	85	455	42.967	9.229

Exposição ao MRE (a)	31/12/22		31/12/21	
	Constituição	Reversão (i)	Realização	31/12/22
(b) Movimentação da receita diferida	4.367	2.908	(2.771)	(2.731)
Exposição ao MRE (a)	4.367	2.908	(2.771)	(2.731)

Exposição ao MRE (a)	31/12/22		31/12/21	
	Constituição	Reversão (i)	Realização	31/12/22
(b) Movimentação da receita diferida	4.999	(572)	179	(239)
Exposição ao MRE (a)	4.999	(572)	179	(239)

(a) Exposição ao MRE - 2021/2022: Todas as PCHs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela COCE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais. (i) Em 06 de outubro de 2021, o Supremo Tribunal de Justiça ("STJ"), em decisão referente a processo instaurado pelo ANEEL, determinou a exclusão da UHE Risoleta Neves do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em função da decisão do STJ, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – COCE recalculou o valor de fevereiro de 2022 comunicou, através das instruções de faturamento, os participantes do MRE a restituição de montantes apurados anteriormente e que foram diretamente impactados pela exclusão da UHE Risoleta Neves do MRE. O impacto total para o Grupo foi a restituição no montante de R\$2.771.

20. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO) As controladas Brasil PCH e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios e cíveis era de R\$2.970 (R\$2.581 em 2021) conforme movimentação a seguir:

31/12/22	Constituição	Baixas	Realização	Atualização	31/12/22
Trabalhista	1.393	94	-	55	1.542
Regulatório	916	490	(133)	20	1.188
Cíveis	108	35	-	5	148
Total	2.581	686	(272)	80	2.970

Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela Administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias. A controlada direta Brasil PCH e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

31/12/22	Constituição	Baixas	Realização	Atualização	31/12/22
Cíveis (a)	1.383	-	-	694	694
Tributário (b)	2.971	2.741	-	-	230
Ambientais (c)	1.408	1.019	-	-	389
Tributário (d)	751	1.224	-	-	473
Total	6.517	5.678	-	-	839

(a) As ações trabalhistas, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (tercerização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute ressarcimentos decorrentes de acidente do trabalho sofrido por empregado de terceiro. (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações e reparação de danos a pescadores em razão das obras de instalação do empreendimento. As demais ações cíveis do Grupo estão relacionadas a ações de indenização e ações possessórias. (c) São ações ambientais, cujo núcleo são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, indenização por prejuízo decorrente da venda da totalidade da energia contratada às SFES. Adicionalmente, a SPE Caranunga I tem ré em ação popular, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, não sendo possível, tendo em vista o estágio processual, a atribuição de valor indenizável dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor. (d) Refere-se a ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens, bem como a ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido pela Companhia sobre Tarifa Uso Sistema – TUSD.

21. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO (CONSOLIDADO) Em 4 de dezembro de 2014, a Brasil PCH e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. Entretanto, no decorrer de sua vigência o contrato passou a ser oneroso, uma vez que os preços de compra da energia contratada passaram a ser maiores do que os preços de venda que o Grupo teria expectativa de obter no mercado. Em 2021, como forma de fixar as suas perdas nesta operação, o Grupo optou por realizar a venda da totalidade da energia contratada às SFES. Adicionalmente, a SPE Caranunga I tem ré em ação popular, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, não sendo possível, tendo em vista o estágio processual, a atribuição de valor indenizável dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor. (d) Refere-se a ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens, bem como a ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido pela Companhia sobre Tarifa Uso Sistema – TUSD.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 22.1. Capital Social: Em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$66.071 e está representado pelas 61.659.882 ações. Em 30 de novembro de 2021, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve aumento de capital através de AFACs e saldos a receber dos acionistas, com a emissão de 13.078.878 (treze milhões e setenta e oito mil e oitocentos e setenta e oito) sendo emitidos 6.539.439 (seis milhões e quinhentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove) novas ações ordinárias e 6.539.439 (seis milhões e quinhentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove) novas ações preferenciais, totalizando 61.659.882 ações (passa a ser de R\$ 66.071 em 2020 R\$ 48.581).

Acionistas	Ações Subscritas	%	Valor integralizado (R\$)
CS Energia S.A.	40.674.557	65,9660%	43.584.651
Paulo Celso Guerra Lage	10.358.861	16,8000%	11.099.994
Jose Guilherme A. Nascimento	2.219.756	3,6000%	2.378.570
Marcio Barata Diniz	2.219.756	3,6000%	2.378.570
Miguel Ethel Sobrinho	2.022.444	3,2800%	2.167.141
Walter Luis Teixeira	2.022.444	3,2800%	2.167.141
Adalberto de Menezes Pedrosa	1.071.032	1,7370%	1.147.660
Maria Cristina S. C. Barbosa	1.071.032	1,7370%	1.147.660
Total	61.659.882	100,0%	66.071.387

22.2. Reserva Legal: É constituída, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição de reserva legal em função do atingimento do limite de 20% do capital social. A reserva legal por fim assegurar a integridade do patrimônio líquido da Companhia e serve para garantir a capacidade de pagamento de lucros a realizar e o resgate de ações. A reserva legal não é distribuída após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 e Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação. 22.4. Reserva de lucros a Realizar: Conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e deliberação em Assembleia dos órgãos de Administração, foi constituída em 31 de dezembro de 2021, reserva de lucros a realizar, uma vez que o montante do saldo a disposição dos acionistas, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde a uma parcela do lucro líquido em função do resultado da remuneração na aquisição de investimento ocorrido em 1º de dezembro de 2021. Essa parcela contempla os impactos do ganho na remuneração na aquisição do investimento, no valor de R\$730.765, em função de que este lucro (apurado no exercício de 2021) se trata de lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo grupo, cujo prazo de realização financeira não ocorre até o término do exercício social seguinte. 22.5. Instrumentos Financeiros: A reserva legal não é distribuída após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 e Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação. 22.4. Reserva de lucros a Realizar: Conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e deliberação em Assembleia dos órgãos de Administração, foi constituída em 31 de dezembro de 2021, reserva de lucros a realizar, uma vez que o montante do saldo a disposição dos acionistas, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde a uma parcela do lucro líquido em função do resultado da remuneração na aquisição de investimento ocorrido em 1º de dezembro de 2021. Essa parcela contempla os impactos do ganho na remuneração na aquisição do investimento, no valor de R\$730.765, em função de que este lucro (apurado no exercício de 2021) se trata de lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo grupo, cujo prazo de realização financeira não ocorre até o término do exercício social seguinte. 22.5. Instrumentos Financeiros: A reserva legal não é distribuída após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 e Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação. 22.4. Reserva de lucros a Realizar: Conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e deliberação em Assembleia dos órgãos de Administração, foi constituída em 31 de dezembro de 2021, reserva de lucros a realizar, uma vez que o montante do saldo a disposição dos acionistas, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde a uma parcela do lucro líquido em função do resultado da remuneração na aquisição de investimento ocorrido em 1º de dezembro de 2021. Essa parcela contempla os impactos do ganho na remuneração na aquisição do investimento, no valor de R\$730.765, em função de que este lucro (apurado no exercício de 2021) se trata de lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo grupo, cujo prazo de realização financeira não ocorre até o término do exercício social seguinte. 22.5. Instrumentos Financeiros: A reserva legal não é distribuída após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 e Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação. 22.4. Reserva de lucros a Realizar: Conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e deliberação em Assembleia dos órgãos de Administração, foi constituída em 31 de dezembro de 2021, reserva de lucros a realizar, uma vez que o montante do saldo a disposição dos acionistas, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde a uma parcela do lucro líquido em função do resultado da remuneração na aquisição de investimento ocorrido em 1º de dezembro de 2021. Essa parcela contempla os impactos do ganho na remuneração na aquisição do investimento, no valor de R\$730.765, em função de que este lucro (

423 ELETRORIVER_ATARDE_novo.pdf

Código do documento: 423



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Registro de Eventos:

10 fev. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 423

Criado por: Jandir Almeida. **E-mail:** jandir@atarde.com.br

DATE_ATOM: 2023-02-09T21:01:00-0300

22 nov. 2023, 14:59:01 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-11-22T11:59:01-0300

22 nov. 2023, 15:01:56 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL
EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
DIGITALSIGN RFB G3

DATE_ATOM: 2023-11-22T12:01:56-0300

Hash do documento original

[SHA256]: 71009ccc38bde1c06c928e88145f4f1968a8364088771fa9ff6e84497bbbe8cb3

[SHA512]: cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3